

TORDESILHAS: A DIVISÃO DO BRASIL ANTES DE CABRAL

Leonardo Dantas SILVA
(Fundação Joaquim Nabuco)

Para Oliveira Lima “a humanidade é devedora à Península Ibérica, representante gloriosa do grande ciclo das navegações, de um dos mais altos serviços prestados à civilização - o duplo desencantamento da América e da Índia. No mesmo decênio em que a audácia de Colombo, cujo nome o mundo inteiro acaba de aclamar numa confraternização admirável, sacudia a Espanha para as regiões ignoradas do Ocidente, a intrepidez de Vasco da Gama arrastava Portugal para os países misteriosos do Oriente. Um e outro desvendaram, perante a Europa continentes envoltos nas trevas da insciência, nas brumas do presentimento ou nas miragens da fábula; um e outro abriram novo e picante campo ao espírito religioso e ao estímulo comercial da Meia Idade, e forneceram um quadro majestoso ao soberbo desabrochar da época inimitável da Renascença”.

Quando a caravela de Cristovão Colombo surgiu diante do Cabo da Roca, em quatro de março de 1493, após uma tempestade de vários dias que por pouco não a levava ao fundo do oceano, estava o Rei de Portugal, D. João II, refugiado no convento de Santa Maria das Virtudes, no Vale do Paraíso, fugido de uma epidemia de peste que que assolava Lisboa.

A chegada da caravela *Niña*, com suas velas rotas pela borrasca, logo despertou a curiosidade dos habitantes da Vila de Cascais, cujos marcantes há quatro meses encontravam-se recolhidos, impedidos de lançar suas embarcações ao mar, assustados com aquele inverno de tantas tormentas.

Já ancorado no Restelo, em plena foz do rio Tejo, Colombo escreveu ao Rei de Portugal, que se encontrava a nove léguas de Lisboa, pedindo proteção e ajuda em nome dos Reis de Castela, permanecendo com seu navio fundeado diante da nau capitânia da armada real, então sob o

comando de Álvaro Daman e tendo como piloto Bartolomeu Dias; o mesmo que em 1488 contornara com o seu barco o cabo da Boa Esperança, no extremo sul do continente africano.

Na terça-feira, cinco de março, recebeu Colombo a visita de um batel no qual vinha o próprio Bartolomeu Dias, que lhe pedia para comparecer à presença do capitão Álvaro Daman, no que não concordou o genovês apresentando suas credenciais de Almirante dos Reis de Castela. Sabedor da presença ilustre, veio à bordo da *Niña* o próprio capitão Álvaro Daman, com um cortejo de atabales, trombetas e anafiles, “fazendo grande festa”, onde falou com o Almirante e ofereceu os seus préstimos.

Na quarta-feira, seis de março, sabedores que aquele barco vinha das Índias, cuja rota marítima só viria a ser descoberta por Vasco da Gama em 1498, a ele acorreram vários curiosos preocupados em conversar com a sua tripulação e saber das novidades das novas terras, acontecendo o mesmo no dia seguinte inclusive com a presença em tais comitivas de nobres e membros do conselho do Rei de Portugal.

Na sexta-feira, oito de março, recebeu Cristóvão Colombo carta do Rei D. João II, através de D. Martim de Noronha, o qual externou a sua vontade em receber o piloto genovês no Convento de Santa Maria das Virtudes. Transferindo-se para o Vale do Paraíso, pernoitando em Sacavém, Colombo veio encontrar-se com D. João II, conhecido como o Príncipe Perfeito, na noite do sábado, o qual, segundo o diário do escrivão da primeira viagem, o qual o recebeu com muita honra mandando-o sentar demonstrando o seu contentamento pelo sucesso da viagem. Na ocasião declarou o Príncipe Perfeito que, pela narrativa de Colombo e com base no Tratado de Alcáçovas (1479) firmado com os Reis de Castela, “aquela conquista lhe pertencia”.

A grande expedição de Cristóvão Colombo (1492-93), que resultou na descoberta de algumas ilhas das Bahamas e da Antilhas, consideradas então como pertencentes ao grande arquipélago asiático, antecedendo portanto ao Cipango (Japão), veio abalar as relações de Portugal e Castela com relação à partilha do Atlântico.

O Príncipe Perfeito, reafirmou que as descobertas de Colombo pertenciam a Portugal, dentro do disposto naquele Tratado.

Por esse documento Castela reconhecia o direito dos portugueses ao domínio da costa africana e das ilhas do Atlântico, com exceção do arquipélago das Canárias, comprometendo-se a proibir que seus naturais, ou

navegadores estrangeiros, preparassem em seus portos navios de comércio para aqueles lugares, sem a autorização expressa do Rei de Portugal.

No entanto, segundo esclarece Luís de Albuquerque, o Tratado de Alcáovas era omissivo quanto ao Atlântico Ocidental, dando origem, assim, a uma das mais célebres negociações diplomáticas envolvendo Castela e Portugal que, segundo o Rei de França, Francisco I, somente portugueses e espanhóis haviam sido beneficiados na divisão do mundo extra-europeu no testamento do primeiro Adão. A essas negociações acorreu, instado pela Espanha, o Papa Alexandre VI (1492-1503), antigo cardeal Rodrigo Borja, natural de Valência, simpatizante dos Reis Católicos, Fernando e Isabel, que, pelo breve secreto *Inter caetera*, redigido em abril e pós-datado de três de março de 1493, concedia a esses soberanos a posse das novas ilhas e terras recém-descobertas ou por descobrir das bandas ocidentais do Atlântico, desde que não pertencessem ao domínio temporal de nenhum soberano cristão.

A resposta portuguesa não se fez esperar. Inicialmente deixou transpirar a notícia da organização de uma grande armada, sob o comando de D. Francisco de Almeida, com destino às ilhas do poente, o que obrigou aos Reis Católicos o envio de emissário, Lopo de Herrera, em 22 de abril de 1493, a Lisboa solicitando de D. João II a suspensão da medida. Concomitantemente, o emissário do Rei de Portugal, Rui de Sande, havia partido em cinco de abril, com destino à Madri, com o objetivo de fazer ciente o Reis Católicos que “a coroa portuguesa interpretava os termos do convênio anteriormente firmado no sentido de a influência espanhola dever reduzir-se às Canárias - ou seja, reservando para si o direito às explorações nas áreas visitadas pelo genovês”; tudo com base na interpretação portuguesa do Tratado de Alcáovas de 1479.

Coube ao próprio Cristóvão Colombo aconselhar os Reis Católicos da adoção de uma “raia” (meridiano) que passasse a cem léguas ao ocidente do arquipélago do Cabo Verde, ficando o poente para Castela e a parte oriental para Portugal.

Por razões até hoje obscuras, a solução não foi acolhida pelo Príncipe Perfeito. Razões nunca explicadas revelam no comportamento de D. João II, inclusive em fatos da vida diária narrados por Garcia de Rezende, in **Vida e feitos de D. João II**, a prática daquilo que Jaime Cortezão veio chamar de “política do sigilo” procurando esconder, nas suas contra-informações, um grande conhecimento das rotas do Atlântico sul, muito especialmente das terras desconhecidas da banda do poente.

No dizer de Frédéric Mauro, “foram os portugueses que prepararam e realizaram as primeiras grandes viagens de descoberta, imprimindo ao seu conhecimento marítimo e colonial a marca que indiscutivelmente os distingue dos espanhóis [...] Enquanto a maior parte da Europa conhecia uma ‘renascença humanística’, essencialmente voltada para os textos e os monumentos da antiguidade greco-romana, os portugueses introduziram no Ocidente o uso da numeração árabe, e, portanto, do zero, representando este um passo decisivo no desenvolvimento do cálculo numérico. Foram também os portugueses quem primeiro afirmaram a sua fé na ciência experimental. ‘A experiência é a madre de todas as coisas’, proclama Duarte Pacheco Pereira, um dos grandes viajantes da época. Depois da bússola, vinda da China, e do compasso, os portugueses utilizaram também o quadrante, o astrolábio e outros instrumentos para medir a altura do Sol ou da estrela polar, acima do horizonte”. Isso fez com que os navegadores portugueses, herdeiros de uma tradição náutica e dos conhecimentos aprimorados da “Escola de Sagres”, iniciada pelo Infante D. Henrique (1415-1460), aplicassem seus conhecimentos nas rotas do Atlântico ocidental, atingindo o Marrocos, a África Ocidental, as ilhas do Cabo Verde, as Canárias e os arquipélagos da Madeira e dos Açores, ilhas que, a exceção das Canárias, só foram descobertas e habitadas pelo homem após o início do século XV. Para isso fez uso constante da **caravela**, navio de velas latinas que possibilitava o uso dos ventos alísios, na sua navegação, transformando-se num instrumento ideal de transporte ligeiro ao longo das costas da África e entre as ilhas do Atlântico.

Com tamanho acervo de precisos conhecimentos, estava o Príncipe Perfeito, por certo, ciente das rotas secretas, de desconhecidos mapas, das notícias de terras que viriam servir de suporte ao caminho das Índias, bem longe das calmarias da costa africana. Daí a sua posição firme em manter com os Reis Católicos os termos do Tratado das Alcáçovas-Toledo (1479-1480), que dividia o Atlântico em duas partes, separadas por uma linha horizontal imaginária situada ao sul das Canárias; “o oceano situado ao norte desta linha pertenceria a Castela, cabendo o meridional a Portugal”, merecendo o seguinte comentário de Luís Adão da Fonseca:

O que é interessante neste acordo - especialmente no que se refere à divisão atlântica - e a circunstância de que, pela primeira vez em textos desta natureza, não se divide apenas uma rota ou um espaço já conhecido, mas faz-se incidir o acordo diplomático

Carlos VIII, Rei de França, ao mesmo tempo que cuidava dos preparativos de uma grande expedição à Índia, com base na rota de Bartolomeu Dias quando do contorno do cabo da Boa Esperança (1488). Com esse objetivo o Rei também patrocinava incursões outras destinadas ao estudo do regime dos ventos e das correntes marinhas, no quadrante sudoeste do Atlântico Sul.

Em abril de 1494, os Reis Católicos receberam o enviado Antônio de Torres, a quem Cristóvão Colombo encarregara de transmitir informações sobre sua segunda viagem. Em documento datado de 30 de janeiro daquele ano, o Almirante garantia que as ilhas encontradas (Guadalupe, Porto Rico e Jamaica) pertenciam ao “princípio do Oriente”, motivando daí a quase certeza da inexistência de terras por descobrir naquela região austral, compreendida entre 100 e 370 léguas.

Portugal enviou à Espanha uma segunda embaixada composta por Rui de Souza, D. João de Souza, Aires de Almeida, Estevão Vaz, entre outros, a qual coube, após dilatadas conversações, estabelecer as condições e o texto final do Tratado de Tordesilhas, firmado em sete de junho de 1494. Nas cláusulas principais do tratado, reconhecia-se como pertencentes a Castela todas as ilhas e terras descobertas além de um meridiano, que passaria a 370 léguas ao Oeste do arquipélago do Cabo Verde; excetuando-se as encontradas, entre as 250 e as 370 léguas, que viessem a ser descobertas por essas embarcações até vinte de junho de 1494, num resguardo as descobertas de Cristóvão Colombo em sua segunda viagem.

A diplomacia portuguesa, estribada nos informes de D. João II com a sua “política do sigilo”, tem assim uma “genial vitória sobre Castela”, na observação de Joaquim Bensaúde, in *Anais*, Academia Portuguesa da História. v. I, p. 227. Lisboa 1946, que adianta “só possível devido aos infinitos recursos do rei português”. Jaime Cortasão, in *História dos Descobrimientos Portugueses* v. I p. 184, comenta o fracasso dos Reis Católicos e do Papa Alexandre VI:

O certo é que o Papa Alexandre VI. ou por ter igualmente o sentimento de que fora logrado, ou porque sabia da amarga desilusão dos monarcas espanhóis, não quis publicar a nova bula ‘de aprovação e outorga’. Mas tanto a dolorosa surpresa experimentada em Espanha, como a inquietação de D. Manuel nos provam que o descobrimento do caminho marítimo para a

Índia e o monopólio do tráfico do Oriente eram o supremo objetivo quer da política portuguesa, quer da espanhola.

A tenacidade de D. João II, defendendo inicialmente o paralelo das Canárias e depois, quando tal solução tornou-se insustentável, o alargamento da raia proposta para 370 léguas, só é justificada por dois motivos: garantir para Portugal a navegação no Atlântico meridional, sem a intromissão de qualquer natureza, e a incorporação à Coroa portuguesa das terras situadas no sudoeste do Atlântico sul de cuja existência parecia ter convicção.

Independente da discussão em torno do conhecimento e intenções de D. João II, o que viria justificar a sua obstinação na manutenção do meridiano de Tordesilhas em 370 léguas a Oeste das ilhas do Cabo Verde, o que é certo é que a diplomacia portuguesa conquistou assim o direito de navegação no Atlântico Sul e a imensa faixa do território do Brasil, compreendida entre a baía do Maracanã, no litoral do Pará, ao município de Laguna, em Santa Catarina.

Para o professor Jorge Couto, da Universidade de Lisboa, “sem as concepções geopolíticas do Príncipe Perfeito, muito avançadas para o seu tempo e a sua determinação e habilidade político-diplomática - bem patenteadas nas conversações que conduziram à assinatura dos Tratados de Tordesilhas - Portugal não só teria enfrentado grandes dificuldades na estruturação e manutenção da Carreira da Índia como não teria tido qualquer presença no Novo Mundo, cuja conseqüência última seria a inexistência do Brasil tal como o conhecemos: desde a sua designação, passando pelas fronteiras, composição étnica, língua, até às características culturais, civilizacionais e idiossincráticas do seu povo que tanto o individualizam”.

A descoberta do caminho das Índias por Vasco da Gama (1498), seguindo-se da viagem de Pedro Álvares Cabral (1500), com a conseqüente descoberta do Brasil a 22 de abril, vieram coroar a “política do sigilo” desenvolvida ao longo dos anos pelo Príncipe Perfeito, cujos frutos são dados como mercê a D. Manuel I que ascendera ao trono português em 1495.

Somente após a viagem de Pedro Álvares Cabral é que de fato surgiu o Novo Mundo, pela primeira vez conscientemente assumido e proclamado. Os homens daquela expedição, que partira do Restelo a nove de março de 1500, pela primeira vez fizeram uma viagem unindo os quatro continentes: partindo da Europa, com escala na América do Sul (o Novo

Mundo oficialmente reconhecido) e na África Oriental, chegaram à Ásia. Abriam-se, assim, os caminhos para a influência portuguesa em quatro continentes; com repercussões em outras partes do mundo, inclusive na Oceania.

Para Frédéric Mauro os descobrimentos portugueses apresentaram quatro características essenciais:

- a) o “pioneirismo temporal”, porque precederam, de cerca de 70 a 100 anos, as outras descobertas européias;
- b) a “dispersão espacial”, porque foi a única expansão que permitiu uma implantação em todas as partes do mundo (África, Ásia, América e Oceania);
- c) o “pluralismo civilizacional”, pela capacidade que teve a expansão portuguesa de se organizar no mundo segundo duas modalidades diferentes a da intercomunicação, na África e no Oriente, e a da criação espacial, no Brasil;
- d) o “universalismo cultural”, graças à capacidade de adaptação às diferentes civilizações.

Espanhóis, ingleses, holandeses e franceses marcaram também a sua presença nas cinco partes do mundo, mas o “universalismo cultural” é típico dos portugueses e, em menor grau, dos espanhóis. Uns e outros teriam sido preparados para essa atitude, pelos contatos da Europa com o Magrebe e através deles com a África e a Ásia.

O “achamento” do Brasil, conforme denuncia a carta de Pêro Vaz de Caminha que declara ter “encontrado a terra de Santa Cruz” (e não descoberto), na visão de muitos historiadores, entre os quais Frédéric Mauro, não se trata de obra do acaso. O Novo Mundo, como sempre foi reconhecido pelos portugueses, serviu inicialmente de base para a carreira da Índia - “para onde os aliseos empurravam as naus e de onde, descendo em direção ao sul, recuperavam os ventos dominantes de oeste que lhes desabavam em cima [...] Duarte Pacheco Pereira, o homem que escreveu que ‘a experiência é a madre de todas as coisas’, parece muito provavelmente ter encontrado o Brasil antes de 1500. E é certo que fez parte da expedição de Álvares Cabral, em 1500”.

O Brasil, tal como hoje o conhecemos, com a sua dimensão geográfica continental, suas múltiplas faces culturais, suas variações étnicas

e sua unidade lingüística, só veio a tornar-se possível graças à “política do sigilo” desenvolvida pelo Príncipe Perfeito, entre 1474 e 1495, vitoriosa no Tratado de Tordesilhas (1494) e perpetuada pelas relações de comércio que se seguiram à explosão da influência portuguesa por todo mundo.

No dizer de Fernand Braudel: “Foi ou não o pequeno reino lusitano quem desempenhou primeiro papel na enorme transformação cósmica introduzida pela expansão geográfica da Europa, no final do século XV, e pela sua explosão em todo mundo? Portugal foi o detonador da explosão; a ele cabe o primeiro papel”.